

O papel das rádios comunitárias gaúchas na pandemia do novo coronavírus: sintomas do adoecimento da fala popular

The role of Rio Grande do Sul community radio in the new coronavirus pandemic: symptoms of sickening in popular speech

El papel de las radios comunitarias de Rio Grande do Sul en la pandemia del nuevo coronavirus: síntomas de enfermedad en el habla popular

Vanessa Costa de Oliveira e Patrícia Regina Schuster

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar de que modo as rádios comunitárias gaúchas atuaram diante do novo coronavírus. Considerando que estes dispositivos de comunicação, não só são regidos por uma legislação específica, bem como – e por conta disso também – apresentam uma outra função no contexto midiático, procuramos esmiuçar o impacto que este acontecimento provocou no seu fazer e como essas mudanças afetaram a relação que elas estabelecem nas comunidades onde estão instaladas. Ancoradas metodologicamente na Análise de Conteúdo e a partir de um *corpus* que contabiliza 24 emissoras dispersas pelo território do Rio Grande do Sul, nossa pesquisa deixa transparecer que há indícios de que a pandemia agravou os sintomas de adoecimento na fala popular.

Palavras-chave

rádios comunitárias; coronavírus; comunicação comunitária.

>> **Informações adicionais:** artigo submetido em: 09/06/2020
aceito em: 18/08/2020.

>> Como citar este texto:

SCHUSTER, P. R ; OLIVEIRA, V.C. O papel das rádios comunitárias gaúchas na pandemia do coronavírus: sintomas do adoecimento da fala popular. **Radiofonias** – Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 38-55, mai./ago. 2020.

Sobre os autores

Vanessa Costa de Oliveira,
nessa.costa.oliveira@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0003-0308-1734>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), jornalista e mestra pela mesma instituição.

Patrícia Regina Schuster
pati.jornalista@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2119-6220>

Professora dos Cursos de Comunicação e Fotografia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Doutora em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Jornalista e mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Abstract

The present article aims to analyse in what way the community radio stations from the state of Rio Grande do Sul have acted in face of the new coronavirus. Considering that these communication mechanisms are, not only ruled over by a specific legislation, as well as - and exactly because of that - present another function in the mediatic context, we seek to examine in detail the impact that this event has caused in its doing and how these changes have affected the relation that they established in the communities wherein they're installed at. Methodologically based on the Content Analysis and with a corpus that accounts for 24 stations spread across the state's territory, our research makes it clear that there are signs that the pandemic has aggravated the symptoms of sickening in the popular speech.

Keywords: Community radio; coronavirus; community communication.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las estaciones de radio comunitarias de Rio Grande do Sul actuaron frente al coronavirus. Teniendo en cuenta que estos dispositivos de comunicación no solo se rigen por una legislación específica, sino que también (y por eso) tienen otra función en el contexto de los medios, buscamos analizar el impacto que este evento ha tenido en sus acciones y cómo estos cambios han afectado la relación que establecen en las comunidades donde están instalados. Anclados metodológicamente en el Análisis de contenido y basados en un corpus que representa a 24 emisoras diseminadas por todo el territorio de Rio Grande do Sul, nuestra investigación muestra que hay evidencia de que la pandemia ha agravado los síntomas de la enfermedad en el habla popular.

Palabras clave: radio comunitaria; coronavirus; comunicación comunitaria.

Introdução

Há muito que as rádios comunitárias têm uma incumbência ímpar junto às comunidades onde estão inseridas. São elas que dão voz àqueles que pouco frequentam ecossistemas midiáticos hegemônicos, comerciais. Seus microfones devem, por uma obrigação legal, estar abertos aos cidadãos e cidadãs, cuja representatividade é estereotipada ou, na pior das hipóteses, invisibilizada por outros sistemas de informação. Sobre elas, subsiste uma vasta produção acadêmica (MALERBA, 2008). No entanto, esse é um campo teórico – sobretudo, quando atrelado à emergência da pandemia do novo coronavírus e suas múltiplas ressonâncias no fazer jornalístico comunitário – ainda não visitado.

É nesta direção que somamos nossos esforços: buscamos saber como as rádios comunitárias gaúchas atuaram frente a um panorama – provocado pelo vírus causador

da Covid-19 - que transfigurou inúmeros setores da sociedade. Nos ocupamos em desvendar que tipo de reflexos há no fazer das emissoras com esse caráter e, por ilação, nas comunidades onde elas têm suas raízes fixadas.

O percurso que nos levou ao desenlace dessa questão foi, primeiro, tracejar uma sucinta análise sobre os vínculos entabulados entre as rádios comunitárias e o lugar em que estão instaladas. Depois, exploramos o acontecimento "coronavírus" num co-tejamento à comunicação e ao jornalismo, em particular. Lógico, sobremaneira, o de perfil comunitário.

Na sequência, descrevemos nossa metodologia e, de imediato, executamos o diagnóstico. Nas considerações finais, sintetizamos nossos avanços e acautelamos sobre nossas limitações, que, de antemão, derivam de um processo que ainda está em curso, mas que já exprime sua envergadura quanto à complexidade para a área da comunicação.

As rádios comunitárias e sua relação social

Práticas de comunicação, entre elas, especificamente, as de jornalismo, ao longo do século XX e, agora, XXI, vão se reinventando e se reconfigurando a partir de determinadas conjunturas históricas e sociais. A imprensa operária ou sindical, por exemplo, ainda no século XIX, foi responsável pela politização do operariado, como aponta Ferreira (1988), sendo um instrumento não apenas de informação, mas também de conscientização e mobilização. Já as publicações alternativas afloraram no Brasil depois da instauração da ditadura militar (1964 – 1985) no país. Diferente da imprensa hegemônica, que era complacente ao Regime, os veículos alternativos encontravam brechas para cobrar a volta a democracia.

Esses são apenas dois casos, entre tantos outros, tais como a comunicação participativa, cívica e pública que tiveram – e ainda têm - uma conduta decisiva naquele momento. Todos eles nasceram da necessidade de preencher um vazio deixado pelos veículos tradicionais que, na maioria das vezes, por falta de interesse político e econômico ou censura, deixavam de abordar pautas importantes para diferentes grupos sociais. A comunicação comunitária surge nessa mesma esteira, como uma possibilidade de diálogo com a comunidade.

Logo, de acordo com Kaplún (2007), compete à comunicação comunitária fazer a promoção social das pequenas comunidades. O autor defende que a ideia de comunitá-

rio, neste modelo de comunicação, se caracteriza por um modo de pensar os processos de mudança social a partir de uma perspectiva não verticalizada. Dessa maneira, a abordagem adotada representa a busca pelo fortalecimento da comunidade, muitas vezes caracterizada por um espaço social repleto de fragilidades, que reconhece as especificidades do lugar, como suas identidades e cultura, e dinamiza sua emancipação.

Peruzzo (2008, p. 375) elenca as minúcias dessa comunicação.

Se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura, e ampliar a cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos.

O exercício da comunicação comunitária busca construir um espaço de debate público, mesmo que com um pequeno grupo de pessoas; busca construir espaços de diálogo e de debate cidadão, tanto em nível local, como nacional e global (KAPLÚN, 2007). Mas, principalmente, como nos parece evidente em sua própria nomenclatura, a comunicação comunitária recupera, como sugere Kaplún (2007), a origem de comunidade. Em outras palavras, coloca em evidência que há outras maneiras de se construir a cidadania, que não a hegemônica.

No que diz respeito, em particular, ao jornalismo comunitário, ele abre flancos para pautas relacionadas às classes populares e aos movimentos sociais, para assuntos que sejam de interesse para aquela comunidade na qual está inserido o veículo (PERUZZO, 1999). O jornalismo comunitário tem como prioridade a contextualização dos fatos, de maneira a explicar o porquê da importância daquele assunto para aqueles cidadãos. Nele, o público é entendido como protagonista e atuante no processo, e não como um simples receptor.

Nosso desejo – parte dele, ao menos - nesta pesquisa é descortinar o papel das rádios comunitárias na sociedade, na presença da pandemia do novo coronavírus. O rádio, como afirma Kaplún (2007), independente do perfil da sua concessão, é o principal meio de comunicação comunitária, daí a imprescindibilidade dele figurar neste debate. Para o autor, dois são os fatores principais para isso: o relativo baixo custo de instalação e produção e o seu caráter oral, que estabelece uma sintonia com a cultura, seja de uma comunidade rural ou urbana.

Villamayor e Lamas (1998) destacam que, no que se refere ao formato, as rádios comunitárias incorporaram novas linguagens, outros sons, músicas e vozes, se individualizando por outra forma de falar, outra forma de se relacionar com os ouvintes, outra forma de perguntar e de responder. Para Conrad (2013, p. 63) trata-se de “um espaço de poder compartilhado, onde são produzidos conteúdos que destacam os problemas sociais de interesse local”.

É interessante a trajetória histórica construída por Kaplún (2007), referente às rádios comunitárias na América Latina, que identifica a ascendência das rádios comunitárias no bojo de duas experiências particulares na América Latina: uma rádio educativa na Colômbia, a Rádio Sutatenza, e uma rádio mineira na Bolívia, ambas dos anos 1940. Elas, que ao fim dialogavam com suas comunidades, inspiraram outras tantas rádios pela região nos anos seguintes, principalmente no tocante a uma perspectiva educativa. Kaplún (2007) opta por uma nomenclatura de Paulo Freire, e as define como conscientizadoras, pois em seus programas colocavam em pauta as mazelas das sociedades latino-americanas, como a pobreza, a violência e o machismo.

Trazemos à reflexão essa discussão por entender que, historicamente, essas rádios, hoje conhecidas como comunitárias, cumprem um papel social junto aos seus territórios. Para Villamayor e Lamas (1998), o social constitui uma característica de suma importância no trabalho desenvolvido por elas. Para esses autores, essas rádios se fazem reconhecer por seus objetivos políticos de transformação social, e também na busca por um sistema justo, com ênfase nos direitos humanos, no acesso e na participação cidadã.

Sobre o advento das rádios comunitárias no Brasil, Peruzzo (1998) apresenta uma trajetória distinta. A autora afirma que essas rádios despontam no país com essa nomenclatura, em 1995, depois de terem se popularizado na década de 1980, com as chamadas rádio-poste, e já nascem voltadas para o social, como explica Peruzzo (2010, p. 3):

[...] suas práticas iniciaram no contexto das ações dos movimentos sociais, das associações comunitárias e de setores progressistas de igrejas cristãs num processo de busca de soluções aos graves problemas sociais existentes e de mobilização social em torno de lutas para reestabelecer a democracia após mais de duas décadas de ditadura militar que se instaurou no país em 1964.

As rádios comunitárias, assim, no exercício de uma comunicação e de um jornalismo comunitário, estimulam a reflexão crítica e possibilitam a participação do cidadão no debate público, mormente naquele de interesse da sua comunidade. Ao garantir uma

informação plural e um espaço de discussão comunitária, essas rádios democratizam a informação e incentivam ações cidadãs, e assim acabam por promover um desenvolvimento local. Por essa feição social e cidadã é evidente que o conteúdo produzido e posto em circulação por essas rádios tem sua importância potencializada em tempos de calamidade, como o que se vive com a pandemia da Covid-19.

A pandemia do novo coronavírus e seu “contágio” na comunicação

Em 31 de dezembro de 2019 a China detectou, em Wuhan, um novo tipo de coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador de uma nova doença que passou a ser chamada de Covid-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, confirmou a propagação desse vírus poucos dias depois, em 9 de janeiro. Nos dias seguintes, até o fim do mês, casos em outros países iam sendo confirmados. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 21 de janeiro já se reportava o primeiro caso da doença, importada da China, e no dia 30 daquele mês a OMS declarou uma epidemia de emergência internacional.

Enquanto os olhos, câmeras e microfones do mundo se voltavam para a China, na Europa iniciava-se um outro epicentro da doença. A Itália sobressaía-se como o país de onde muitos casos foram exportados. Esse foi o caso do Brasil, por exemplo, que confirmou seu primeiro caso da doença em 26 de fevereiro, em São Paulo, de um homem que voltava da nação europeia.

Com o avanço da doença pelos continentes, eventos com aglomeração de público começaram a ser cancelados, aulas nas escolas e universidades, e campeonatos esportivos também. Aos poucos, aumentava o número de fronteiras sendo fechadas e cidades sendo postas em isolamento social. O aumento da Covid-19 levou a OMS a declará-la pandemia¹ em 11 de março, quando já se tinham confirmados 118 mil casos de pessoas infectadas pelo novo vírus em 114 países, com mais de 4 mil mortes.

Em situações extremas, como essa de uma calamidade planetária, serviços essenciais são reconhecidos, pois sobrepuja-se sua necessidade na sociedade. Entre tantos profissionais que têm se mostrado fundamentais no enfrentamento da pandemia, o que inclui os da chamada “linha de frente”, que trabalham diretamente com a saúde das pessoas, estão aqueles que permitem que a sociedade continue minimamente funcionando,

¹ A saber, considera-se epidemia o aumento anormal do número de pessoas contaminadas por uma determinada doença, em uma determinada região; já a pandemia ocorre quando a epidemia se dispersa espacialmente por diferentes países e/ou continentes, normalmente se trata de uma doença contagiosa que se espalha rapidamente.

como os supermercados, farmácias e toda uma rede de logística, reconhece-se o trabalho dos jornalistas.

Entendemos, portanto, que se o jornalismo desempenha um papel social, em casos de calamidade, ele ganha ainda mais notabilidade e pertinência. À discussão de jornalismo e situações de calamidade, de uma maneira geral, estão relacionadas às catástrofes ambientais que, na maioria das vezes, são restritas a uma pequena comunidade atingida diretamente – evidentemente, se tratando de tragédias ambientais, os reflexos, principalmente a longo prazo, vão bem além do local. E para essas situações, Bueno (2013) destaca a importância de um planejamento de cobertura, que privilegie a prevenção, o esclarecimento e a mobilização das comunidades, além de oferecer, a todo momento, ao consumidor desse jornalismo, as respostas do poder público.

Uma pandemia como a da Covid-19 se enquadra no que Bueno (2013) classifica de desastre humano de causa biológica, pois resulta da disseminação de uma doença transmitida por um vírus até então desconhecido – ainda que tenha consequências em diversos setores da sociedade, como na economia. Bueno (2013) ainda chama atenção para as particularidades da gestão de uma crise no caso das “epidemias”, “quando elas assumem proporções globais”, que evidencia o que explicitamos anteriormente, bem como deixa claro a necessidade do acompanhamento jornalístico, a fim de informar a população sobre esses aspectos.

[...] há um esforço internacional para impedir a circulação de pessoas que possam estar contaminadas, a identificação do agente responsável e, quando for o caso, a mobilização para identificar ou pesquisar formas de atenuar o seu impacto na saúde e na vida das pessoas, ou para aumento de produção e distribuição de medicamentos. Busca, também, encontrar servidões de assistência (hospitais, por exemplo) que possam atender à situação específica e mesmo isolar os pacientes, se a situação crítica referir-se à ação de doenças contagiosas. (BUENO, 2013, p. 48).

A literatura sobre comunicação ou jornalismo de catástrofes está diretamente relacionada a acontecimentos naturais, como a cobertura de um terremoto, uma enchente, deslizamentos, etc, e pouco se relaciona às questões de saúde, como surtos, epidemias ou pandemias. De maneira geral, a abordagem parte do conceito de sociedade de risco, cunhado por Ulrich Beck e Anthony Giddens. Este conceito, de acordo com Beck (2010), está relacionado à capacidade da sociedade pós-moderna revisar, de forma contínua, suas atividades e comportamentos, a partir de informações científicas e também de aspectos sociais.

Na comunicação, essa noção leva a outra, a de comunicação de risco, também bastante atrelada às catástrofes naturais e, principalmente, à divulgação da existência de riscos. Contudo, Serra (2006) elenca algumas categorias para essa comunicação de risco: a temática, a implícita, a normal e a de crise. Nos interessa aqui a última, a comunicação de crise, a qual de acordo com Serra (2006) acontece – como está explícito no nome - no momento da crise, como a cobertura que os jornalistas têm enfrentado na pandemia da Covid-19. E, nesse sentido, Serra (2006) destaca o valor essencial do trabalho jornalístico nesses momentos, pois ele tem condições de informar seu público sobre os alertas, as recomendações, os relatórios e dados, sejam eles de comunidades científicas ou informações governamentais. Mais do que isso: esses profissionais podem, e devem, tornar essas informações acessíveis e compreensíveis.

Essa função de informar e de auxiliar a população na compreensão da crise em curso exige dos jornalistas fazer bom jornalismo. É comum vermos diretrizes diversas, para diferentes coberturas, mas ao fim trata-se de cumprir com o seu compromisso de bem informar a sociedade, com ética e seriedade. No entanto, é preciso lembrar que nesses casos de catástrofes, na maioria das vezes, esses profissionais também são vítimas do acontecimento que buscam entender e levar ao seu público. Em se tratando de uma pandemia como a do novo coronavírus, tem-se não apenas esse agravante, como também o risco de contaminação desses indivíduos e uma alteração nas suas rotinas de trabalho.

Compreendendo a complexidade e o compromisso dos veículos de comunicação nessas situações, sejam eles impressos, online, televisão ou rádio, ressaltamos a responsabilidade da comunicação comunitária nesse contexto. No que diz respeito às rádios comunitárias, Janes e Marques (2013, p. 1214) afirmam que elas “desempenham um papel fundamental de ressignificação da noção de risco junto a essas comunidades”, prezando por estabelecer uma comunicação que parte dos referenciais de vida dessas comunidades.

Este componente está no nosso de raio de investigação. Por ora, calha deslindar como chegamos lá.

Da “sintonia” metodológica do estudo

Antes de descrevermos os resultados da pesquisa, convém esclarecermos nossas estratégias metodológicas. Como ponto de partida, organizamos um questionário com quatro perguntas. De pronto, os respondentes tinham que dizer seu nome, função e a

qual rádio pertenciam. Na sequência, expuseram seus pontos de vista a partir das seguintes indagações: **a)** O que mudou na programação da sua rádio desde que surgiram as primeiras notícias sobre o coronavírus?; **b)** A sua rádio está fazendo algum tipo de campanha contra o coronavírus? Se sim, qual (ais)?; **c)** Quais são as principais fontes de informação que a sua rádio está usando para divulgar notícias sobre o coronavírus?; **d)** De que forma a comunidade está participando nos assuntos que dizem respeito ao coronavírus na sua rádio?.

As questões foram compartilhadas em um grupo de WhatsApp, intitulado Rádios Comunitárias RS. Esta ferramenta é administrada pelo coordenador executivo da Associação Gaúcha de Radiodifusão Comunitária (Abraço – RS), Eloídemar Guilherme. Ela concentra 134 participantes, todos representantes de alguma emissora comunitária do Estado.

Levando em consideração que o Rio Grande do Sul conta com 399 rádios comunitárias outorgadas², nosso objetivo inicial era obter uma amostragem de 10%, isto é, 39, deste conjunto. Contudo, mesmo depois de muita insistência por parte das pesquisadoras³, alcançamos 24 respostas. A amostra – que está discriminada no quadro abaixo – representa, portanto 6,01% deste total.

Quadro 1: Rádios comunitárias que compõem o *corpus*

IDENTIFICAÇÃO ⁴	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO	MUNICÍPIO
RAD1	Agudo	RAD13	Montenegro
RAD2	Alpestre	RAD14	Novo Barreiro
RAD3	Ametista do Sul	RAD15	Rodeio Bonito
RAD4	Benjamin Constant do Sul	RAD16	Santa Cruz do Sul
RAD5	Cândido Godói	RAD17	Santa Cruz do Sul ²
RAD6	Canguçu	RAD18	Santo Antônio das Missões
RAD7	Chuí	RAD19	São Luiz Gonzaga

² Segundo a Abraço – RS há, no Rio Grande do Sul, 420 emissoras comunitárias, contudo, 21 estão com suas outorgas vencidas ou atuam na ilegalidade.

³ Todas as intervenções foram feitas através do grupo acima citado.

⁴ Decidimo-nos por esse modelo de identificação para facilitar o manuseio dos dados quando do desenvolvimento da análise (a seguir). Julgamos ainda – quando da escolha pelo município em que cada rádio está localizada - deixar mais acessível a caracterização, ao invés de usarmos o nome da associação a qual pertencem ou o nome fantasia. Com exceção de Santa Cruz do Sul, todas as demais são as únicas – de caráter comunitário – nos seus municípios.

RAD8	Gramado dos Loureiros	RAD20	São Pedro das Missões
RAD9	Horizontina	RAD21	Sapiranga
RAD10	Itatiba do Sul	RAD22	Três Palmeiras
RAD11	Mampituba	RAD23	Viadutos
RAD12	Mata	RAD24	Vila Maria

Fonte: elaborado pelas autoras.

Cabe explicitar alguns porquês acerca tanto da meta originária (10% das outorgadas), como do índice a que chegamos. Optamos por não empreender maior fôlego neste estudo (por ora), no que diz respeito ao *corpus*, por saber das dificuldades – as quais foram, inclusive, verbalizadas nas conversas trocadas durante o envio do questionário – estruturais das rádios comunitárias, agravadas durante o período da pandemia. O número de pessoas circulando nos estúdios diminuiu ainda mais – em função do cumprimento das medidas de isolamento (já que muitas são do grupo de risco), fato que repercutiu num acúmulo ainda maior de tarefas por parte de alguns comunicadores e/ou responsáveis pela programação. Afora isso, somaram-se as adversidades de cunho financeiro (que também concorreram para tirar o foco da solução de um simples questionário). Entre outros elementos que interferiram na ampliação do número de questionários é o tempo. No caso deste artigo, há uma data limítrofe para finalizá-lo. A ideia, logo, não é dar a investigação por encerrada, e sim, reunir outras informações para que, posteriormente, elas possam ser publicizadas em separado.

Como método de análise, priorizamos a Análise de Conteúdo. Na definição de Bardin (1997, p. 42), trata-se de um aglomerado de “[...] técnicas [...] visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência das condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Considerando que este tipo de abordagem adota algumas regras, nós nos pautamos pelo modelo “temática” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005) e de “representatividade” (cuja explicação pormenorizada se deu acima), em que a amostra busca retratar o universo (das rádios comunitárias). A categorização do nosso corpus tem como rubrica as respostas às quatro perguntas, na medida em que elas nos ofertaram os elementos capazes de apontar como as rádios comunitárias têm atuado em meio ao contexto da pandemia do novo coronavírus. É a partir deste expediente que empenhamo-nos, assim, a dar resolutividade ao objetivo aqui proposto.

A fala comunitária como “sinal de alerta” frente ao novo coronavírus

Face ao compromisso de analisar como as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul desempenharam seu papel em meio à pandemia do novo coronavírus e verificar que tipo de impacto este acontecimento propiciou ao fazer das emissoras com este caráter, e, por consequência, à relação que elas estabelecem com as comunidades onde estão inseridas, passamos ao cotejamento dos dados apurados às custas da aplicação do questionário. Conforme ponderamos acima, as categorias foram deliberadas em consonância com a natureza dos propósitos deste estudo.

Programação

A primeira constatação que pudemos fazer concerne à programação. Há dois padrões de respostas: uma se refere às modificações estruturais e outra à ampliação do volume de informações, que passou a ser repassada sobre o tema “coronavírus”.

Quase todos (18) mencionaram que adotaram medidas internas, no sentido de evitar a circulação de pessoas dentro de estúdios. Respeitando as diretrizes das autoridades de saúde, diminuíram a presença física de comunicadores e entrevistados. Ou seja, as emissoras tiveram o cuidado – tal qual boa parte dos veículos de comunicação – de não se tornarem vetores de transmissão. Não custa lembrar que a Rádio Guaíba, do RS, por exemplo, teve três casos confirmados da Covid-19 entre seu grupo de profissionais .

Mas a maior repercussão para os ouvintes e, conseqüentemente, para a comunidade onde as rádios estão inseridas, são as informações. Nove rádios disseram (por meio dos seus representantes) que intensificaram a divulgação de notícias sobre o tema. Contudo, este aspecto é indicador de dois caminhos analíticos opostos.

Um deles é positivo. É função da comunicação de natureza comunitária explorar pautas que representem as necessidades imediatas da realidade local – e a crise sanitária passou a adquirir essa conotação à medida que avançou no território brasileiro –, logo, elas demonstraram, aprioristicamente, estar afinadas aos seus preceitos legais, e, mais do que isso, à premissa de todo e qualquer agente midiático.

O negativo está na postura dos outros 15 respondentes (que resumiram-se às modificações de ordem estrutural). Ao seguir com o mesmo ritmo, particularmente, na sua programação noticiosa/informativa, a audiência dessas rádios comunitárias foi tolhida do direito de ter uma percepção de mundo mais apurada acerca da pandemia. Ao contrário do que se possa imaginar, que não se tenha nada mais a “acrescentar” nesse cenário

de profusão de fatos, não significa – e aí seguimos a perspectiva de Coutinho (2008, p. 65) – que os habitantes desses lugares (na maioria, pequenos municípios do interior gaúcho, em que a rádio comunitária, às vezes, é o único veículo de comunicação) “estejam anestesiados, passivos ou não tenham nada a dizer: é porque sua voz é calada, abafada e distorcida”.

Procedendo desse modo, elas prosperam algo que estamos chamando de “autosequestro da fala comunitária”, numa alusão à metáfora de Paiva e Sodré (2006) – aprofundaremos mais a seguir. Por ora, antecipamos que não mais se trata de um confisco protagonizado pelo Estado, mas sim, pelas próprias emissoras, cujos obstáculos – não custa frisar –, financeiros (mais do que nunca) favorecem tal postura.

Engajamento social

Todas as rádios – exceto a RAD11 – estão engajadas no combate   pandemia do novo coronavírus. As campanhas – realizadas, especificamente a partir de spots – primam pela preven o, pela orienta o. Esta dimensão, ainda que não abarque uma participa o direta em todas as fases do processo comunicativo, tal qual a elabora o desses materiais, tem uma expressiva potencialidade de contribui o na consciência e amplia o do conhecimento dos receptores.

O potencial educativo envolto nos veículos de comunica o, sejam eles de pequeno ou grande alcance,   muito significativo. Por isso mesmo, são bens públicos e não privados, e representam uma conquista da humanidade enquanto instrumentos capazes de democratizar, de forma ágil e interessante e com fidedignidade, a informa o, a cultura e o conhecimento, do senso comum ao científico. (PERUZZO, 2000, p. 663).

Outra manifesta o expressa nos retornos que recebemos refere-se ao envolvimento das rádios na arrecada o de alimentos e itens de higiene e limpeza. Ela referenda a conduta cidadã desses veículos e robustece sua presença como agente mobilizador do entorno social.

A RAD13 merece destaque nesta categoria. Ela alega levar “mensagens de f ” aos seus ouvintes. Aprioristicamente, poderíamos decodificar o gesto como uma descaracteriza o da sua atua o política. Todavia, na avalia o de Malerba (2008, p. 163), esta   uma condi o que merece ser relativizada. “Mais uma vez, devemos ser cautelosos em julgamentos precipitados. Como foi dito,   preciso levar em conta a especificidade do cenário político e social da região onde a rádio está instalada”.

Ainda que não tenhamos dados para certificar qual a religião que mais se professa na localidade da RD13, fato é que, em conjunturas calamitosas, crenças religiosas ou simplesmente dimensões espirituais e filosóficas tendem a ser incorporadas pela população.

A religião é um instrumento de explicações que ajudam a dar significado às experiências de doença e morte. A espiritualidade, religiosidade ou crenças religiosas mostram-se condutoras dos comportamentos dos familiares ao se moverem para um estado de adaptação e ajustamento à doença e morte. Acreditar que a vida não termina no momento da morte aparece nas narrativas como algo consolador, que permite uma melhor aceitação da morte. Rezar mostra-se como uma prática comum e confortadora no momento de dificuldade. (BOUSSO; POLES; SERAFIM; MIRANDA, 2011, p. 400).

Podemos convencionar que essas “brechas”, que à luz da legislação depõem contra o *modus operandi* das comunitárias, funcionem como placebos. Ou melhor, podem ser o pontapé inicial – segundo Malerba (2008, p. 163) – para “iniciar uma série de negociações, de forma a propor sua, digamos, politização”.

Não há como negar que essa é uma aposta de alto risco, sobretudo pelo modelo de evangelização que algumas igrejas neopentecostais (cuja incidência tem aumentado ano após ano) têm aplicado no Brasil. Ao tomarem para si o manejo desse “fármaco”, elas não só vilipendiam outras vertentes espirituais do direito à voz, como incutem valores, tais como a homofobia, o machismo, o racismo, o fundamentalismo...

Fontes de informação

É esta categoria que prognostica talvez uma disfunção maior das atribuições do movimento de radiodifusão comunitário. A evidência disto está nas 13 emissoras que revelaram valer-se de fontes como G1, UOL, Correio do Povo, Diário de Santa Maria, Portal Gaz, Jornal NH (estes quatro últimos pertencem a grandes grupos de comunicação regionais) para propagar informações sobre o novo coronavírus.

Esta, seguramente, não é apenas uma “opção” daqueles que estão à frente dos microfones. As condições – financeiras, mais do que nunca, reiteramos – dificultam que estes veículos tenham maior autonomia sobre a produção jornalística. Com isso, eles delegam o direito de representação (SANTOS, 2008).

Há, na “cedência” dessa responsabilidade, “sequelas” que podem ser sumarizadas à não identificação das comunidades. Os números, as necessidades, as medidas, a linguagem, entre outras características, explicitadas pela mídia hegemônica, nem sempre fazem sentido para os ouvintes da localidade em que a rádio comunitária executa sua comunicação.

Por outro lado, às vezes, esse é o único contato que a população tem com algumas realidades, haja vista que o Brasil é tomado pelos chamados “desertos de notícia”. Segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, que produziu o Atlas da Notícia (2020), 51% dos municípios do país não possuem veículos jornalísticos, ou seja, são desprovidos de qualquer cobertura significativa da imprensa. O Rio Grande do Sul é um dos estados com o menor número destes vazios. Assim, há que se ponderar que, mesmo que as informações repassadas pelas rádios comunitárias não tenham – por vezes – absoluta independência, elas estão em harmonia com o contrato de comunicação pelas quais são regidas.

Verificamos ainda outros dois traços de uma provável “comorbidade” na palavra informativa das rádios com esse caráter. Um deles procede da apuração das demais fontes consultadas. A amostra denota um intenso acesso (14 responderam nesta linha) a organismos oficiais: Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual e Municipal da Saúde. Há algumas leituras possíveis para este dado: a otimista é que estes canais logram de um atributo muito caro ao jornalismo, qual seja, a credibilidade. A pessimista passa pelo contentamento dos comunicadores encarregados da produção jornalística com essas visões, perpassa a condição de verticalidade e chega à segregação dos cidadãos que vivem nos municípios pertencentes ao nosso corpus. É óbvio que precisamos sopesar o valor destes dois elementos. Eles são produto de um quadro em que muitas incoerências (consignadas especialmente na Lei 9.612, que impera sobre as comunitárias) sempre estiveram presentes, e que, agora, com a pandemia só se agravaram. Apesar disso, eles não anulam na sua totalidade a índole comunitária dessas rádios.

Não obstante, há outros dois “distúrbios” que, sim, podem ter um certo poder lesivo sobre esses veículos. Aliás, à comunicação como um todo. Um dos indivíduos entrevistados exteriorizou que uma das fontes de consulta (RAD1) são os “grupos de WhatsApp de radialistas e comunicadores do Brasil” e outros dois (RAD1 e RAD 20) reduziram a “fontes confiáveis”. Ora, aqui temos um prenúncio do adoecimento da fala popular.

O que são “fontes confiáveis”? A imprecisão desse feedback atesta uma verdade fugidia: no largo espectro de possibilidades, podem ser arroladas desde “canais” hegemônicos até aqueles catalogados como disseminadores de fake news. E aí adentramos no mérito daqueles que confessaram o uso das redes sociais digitais (o aplicativo WhatsApp está entre elas) como mecanismo informativo. Trata-se de um terreno altamente fértil para a circulação de fontes pouco – ou nada – auditadas.

À vista disso, a desinformação coloca-se como um entrave não só à habilidade do jornalismo se apresentar como conhecimento dos aspectos singulares da realidade, como advoga Genro Filho (1987). Ela fomenta sentidos, cujo metabolismo robustece a crise da democracia brasileira, onde as rádios comunitárias – convém sublinhar – configuram-se em pilares. Christofolletti (2018, p. 62) nos ampara no raciocínio:

Fake news não são apenas notícias falsas, mas também plantadas, cultivadas e hipertrofiadas para que desorientem, confundam, enganem. Elas viralizam nas redes sociais, espalhadas por indivíduos desavisados ou interessados e por sistemas automatizados, como bots e algoritmos.

Esta categoria, conseqüentemente, tem um grande potencial ofensivo à saúde do serviço de radiodifusão comunitário. A heterogeneidade do movimento, associada a todas as peculiaridades aqui listadas, sinaliza que o novo coronavírus talvez possa ter acentuado, literalmente, o distanciamento de uma utilização cidadã. Não quer dizer que estejamos idealizando o seu modo de agir – como arrazoza Malerba (2008) –, o que de fato queremos é não perder a crítica do nosso horizonte.

Ainda assim, não podemos deixar de precatar que esse fazer e essas fontes não representam mera opção jornalística. Presume-se que sejam os únicos recursos disponíveis num painel de precariedade que beira o extremo. Desta forma, quando sustentamos que há traços que enfermam a fala popular, temos de assinalar que as rádios já são, em partes, “corpos” sociais prostrados pela própria legislação – exageradamente restritiva.

Participação

Todas as rádios registraram que privilegiam algum tipo de participação dos ouvintes. Uma delas (RAD8) apenas admitiu que intensificou essa possibilidade. Perguntas, comentários, entrevistas com especialistas são algumas das maneiras enumeradas.

O que, mais uma vez, requer ser advertido é a verticalidade com que se pratica essa comunicação. O coronavírus avultou a distância da população dos microfones. A “tradução” ou a tutela das falas por um único comunicador demarca um lugar de inferioridade a esses sujeitos. Entretanto, como enfatiza Malerba (2008, p. 163), essa atitude “se insere num contexto maior de diminuição endêmica da atuação política dos atores sociais na atualidade”.

Isto se vê espelhado ainda em um último componente averiguado na pesquisa. Três rádios (RAD12, RAD17 e RAD24) narraram que os ouvintes estavam ligando, mandan-

do mensagens para reclamar do “excesso” de informações sobre o coronavírus. Esse “modo de agir” (MALERBA, 2008) é indício de uma “patologia” que acomete não só as rádios comunitárias, mas a comunicação via de regra. Entre as razões para isso, estão a polarização política que se aprofundou no Brasil, a qual julgamos ter feito sobressair àquilo que Sodré (2002) estipula como processo midiático e não comunicacional. Isto é, os sentidos culturais – sobremaneira os de traço jornalístico – a que os ouvintes das rádios comunitárias gaúchas estão expostos sobre a pandemia são, empiricamente, desvalidos de sentido.

Essa indiferença, que se retroalimenta no corpo social em que estão instaladas essas emissoras, alarga a deslegitimação da voz comunitária na medida em que elas passam a figurar como os novos motores da desinformação. Vejamos: aqui, provavelmente, não é a abundância que tem gerado o mal-estar à fala popular, mas o esvaziamento de significado para ela.

São essas lidas que nos amparam a advogar que as rádios comunitárias caminham – neste período de catástrofe sanitária – para um autossequestro (como anotamos anteriormente) da fala popular. Os veículos tomam à força (que não é física, mas é da natureza, das condições de produção e estruturais) de seus ouvintes a possibilidade de um dizer divergente do perpetrado pelos grandes grupos de mídia. Exorquem deles visadas outras e, por conseguinte, vaticinam sinais de prostração mediante suas comunidades.

Considerações finais

Propusemo-nos a identificar como as rádios comunitárias gaúchas atuaram frente à pandemia do novo coronavírus, partindo do entendimento do papel dessas emissoras junto às comunidades em que estão inseridas, potencializado pela experimentação da pandemia, com todas as suas restrições, cuidados e reflexos, uma vez que a produção das rádios de caráter comunitário fortalece suas comunidades. Ao contatarmos e questionarmos essas emissoras acerca de suas rotinas e produções durante a pandemia, tínhamos em mente, desde a teoria e experiências profissionais, os objetivos políticos de transformação social e de um sistema justo, uma informação plural, com ênfase nos direitos humanos e na participação cidadã; e suas pautas populares que visam a promoção social de suas comunidades.

Ocorre que nosso *corpus* deu sinais de adoecimento da fala popular. Ainda que tenhamos identificado ações tipicamente comunitárias, sociais e populares, como por exemplo

a participação das emissoras em campanhas de arrecadação de alimentos e de itens de higiene, e espaços para a participação dos ouvintes, precisamos ter claro que o papel cidadão das rádios comunitárias perpassa as informações que faz circular. E, nesse sentido informacional, postulamos que essas audiências tiveram seu direito a uma informação plural e com ênfase nos seus interesses e necessidades comunitárias restringido.

Sem embargo, reforçamos que tais afirmações são indiciosas e, principalmente, provisórias. A pesquisa está na sua fase inicial e demanda trazer à baila toda a contextualização e nuances que a problemática aqui levantada exige. Estamos comprometidas com isso.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo à outra sociedade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOUSSO, R. S.; POLES, K.; SERAFIM, T. D. S.; MIRANDA, M. G. D. Crenças religiosas, doença e morte: perspectiva da família na experiência de doença. **Revista da Escola de Enfermagem** da USP, v. 45, n. 2. p. 397 – 403, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000200014-&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 abril 2020.
- BUENO, Wilson Costa. Gestão e estratégias de comunicação em situações críticas. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 2, p. 41-66, jan/jun 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3678/3338>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.
- CONRAD, Kalliandra Quevedo. **Rádios comunitárias e mobilização social: um estudo sobre as estratégias comunicacionais da Radiocom FM, de Pelotas**. 2013. Dissertação (mestrado em comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. 178f.
- COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Orgs). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 61 – 87.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores**, n. 23, v. 12, p. 56 – 82, jan/jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2018.144229>. Acesso em: 25 maio 2020,
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: editora ática, 1988.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO. Atlas da Notícia: Mapeando o jornalismo local no Brasil. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- JANES, Marcelus William; MARQUES, Maria Cristina da Costa. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 4, p. 1205-1215, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2013.v22n4/1205-1215/pt>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

KAPLÚN, Gabriel. La comunicación comunitária. **Anuario de Medios**, 2007. p. 311-320. Disponível em: <https://www.academia.edu/5235619/La_comunicaci%C3%B3n_comunitaria_en_Am%C3%A9rica_Latina>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

MALERBA, João Paulo. A comunicação comunitária no limite. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Orgs). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 151 – 166.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. O seqüestro da fala comunitária. **InterScience Place**, v. 1, n. 1, p. 1 – 9, 2006. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/3/2>. Acesso em: 12 abril 2020.

PERUZZO, Cícilia. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, 2000, p. 651 - 668. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/939>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave**, v. 11, n. 2, dez de 2008. p. 367-379. Disponível em: <<https://palavraclave.unisa-bana.edu.co/index.php/palavraclave/article/view/1503/1744>>. Acesso em 10 de abril de 2020.

_____. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. in: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 1998. Versão ampliada. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2020.

_____. Rádios Comunitária no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. In: **Encontro Anual da Compós**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos. Representações sociais dos pobres e comunidades da cidade do Rio de Janeiro na TV: reflexões metodológicas. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Orgs). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 29 – 44.

SERRA, Paulo. Os riscos da comunicação na comunicação de riscos. In: **Colóquio Sociedade**, Comunicação e Risco. Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. Ponta da Delgada, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-riscos-da-comunicacao.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAMAYOR, Claudia; LAMAS, Ernesto. **Gestión de la radio comunitária y ciudadana**. Buenos Aires: Amarc-FES, 1998.